



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

## **Violência policial no Rio de megaeventos: considerações sobre a violência policial no conteúdo do jornal *O Globo* e do dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos em 2015*<sup>1</sup>**

**Igor Lacerda<sup>2</sup>**

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

### **Resumo**

Este artigo tem o objetivo de analisar como a violência policial no Rio de Janeiro foi representada pelos movimentos sociais e pela mídia em 2015. Os eventos internacionais trouxeram grande visibilidade à metrópole e cobraram sua adequação às exigências da Federação Internacional de Futebol e do Comitê Olímpico Internacional, e planos mais eficazes para a segurança pública foi uma das exigências das organizações internacionais. Sabendo disso, o presente trabalho trata de investigar o dossiê produzido em 2015 por movimentos sociais, *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*, e as matérias do jornal *O Globo*, produzidas no mesmo ano. Acreditamos que as representações criadas e divulgadas por esses dois atores (movimentos sociais e mídia) são importantes para registrar as memórias das cidades, dos tempos antigos e das situações já vivenciadas, auxiliando-nos a, no futuro, investigar o que restou de um mundo antigo, amar o que é novo ou até mesmo rejeitá-lo.

**Palavras-chave:** Megaeventos; Representação Social; Movimentos Sociais; Rio de Janeiro; Violência Policial.

### **Introdução**

Todos os anos o Rio de Janeiro recebe turistas interessados em viver e sentir sua diversidade cultural e aproveitar um dia de sol em uma de suas praias. Por ter recebido grandes eventos internacionais, a cidade obteve uma maior visibilidade em produtos de comunicação e pôde ser ainda mais cobiçada.

As representações da cidade, criadas tanto pela mídia quanto pelos movimentos sociais, tiveram a possibilidade de reforçar estereótipos, mas também criaram novos, e transformaram outros

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Consumo e Cidadania: políticas de reconhecimento, redes e movimentos sociais, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

<sup>2</sup> Publicitário. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). E-mail: igorlacerdasa@gmail.com.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

tantos. Em alguns momentos, as representações pensadas por esses dois atores (mídia e movimentos sociais) se confrontaram e, em outros, se completaram. Temos interesse por esse choque, pois os novos jeitos de enxergar a metrópole nascem dele.

Canevacci (2004) explica que uma cidade polifônica como o Rio comunica o tempo inteiro, podendo ser representada por múltiplas vozes autônomas que se atravessam ou dialogam entre si. Às vezes, essas vozes se sobrepõem e adquirem grande alcance, enquanto outras ficam segregadas, mas todas são importantes por revelarem a forma como diferentes pessoas sentem a mesma cidade.

Percebemos que o Rio de Janeiro não pode ser representado por uma única narrativa. Quando se analisa essa metrópole, é preciso considerar as muitas vozes (ou gritos) que ecoam em suas diferentes partes. Durante os megaeventos esportivos, por exemplo, os cariocas narraram o cotidiano na cidade olímpica nas redes sociais, também surgiram outras narrativas nos sambas cantados na Lapa, nas pichações que dão vida às paredes do Morro da Conceição, nos bailes de Madureira, nos botecos de Copacabana e na boca dos camelôs da Uruguaiana.

Narrar o Rio não é uma exclusividade dos meios de comunicação de massa, por mais que eles tenham um grande público. A cidade é representada diariamente pelo coletivo, por todos aqueles que circulam e ocupam seus espaços. Os corpos das pessoas se fundem ao corpo da cidade, formando um único corpo. Por isso, com a junção desses dois corpos, o destino de um não se separa do destino do outro, adquirindo assim as mesmas dimensões culturais, materiais, econômicas e históricas (ORLANDI, 2014).

Os corpos dos cariocas estão fundidos ao corpo do Rio, e é por isso eles sentem todas as modificações que ocorrem na cidade. Além disso, quando eles falam sobre essas transformações urbanas, estão falando sobre suas próprias vidas. Sendo assim, aqueles que perambulam pela metrópole são importantes para registrar suas memórias, dos tempos antigos e atuais, auxiliando-nos a, no futuro, imaginar novos mundos, pensar outras realidades, observar os restos de um mundo antigo, amar ou rejeitar o que é novidade.

Sabendo disso, esse trabalho se propõe a analisar e problematizar as formas como a violência policial no Rio de Janeiro foi representada pelo jornal *O Globo*, um produto com grande credibilidade e visibilidade, e pelo dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos*, um documento pensado por moradores de favelas e movimentos sociais, durante 2015. O período



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

escolhido para análise antecede os Jogos Olímpicos e foi o que mais teve violências policiais, se comparado com os anos anteriores.

## Metodologia

Com o objetivo de identificar e analisar as representações da cidade do Rio de Janeiro no jornal *O Globo* e no dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos*, este artigo utiliza a Análise de Conteúdo (AC). Esta metodologia foi escolhida porque seguindo as diretrizes de Bardin (2016), ela é um meio simples e sistemático de explorar produtos, sem perder os possíveis pensamentos, sentimentos, memórias e planos. As técnicas de AC possibilitam a investigação de textos, imagens e vídeos para produzir inferências capazes de explicar o contexto social de produção dos materiais estudados e ajudar a compreender contextos temporários, atuais ou antigos.

A amostragem definida para o jornal segue as orientações de Bauer (2002) que esclarece que 12 edições de um jornal diário, escolhidas aleatoriamente, são capazes de proporcionar uma estimativa confiável de suas notícias anuais. Conforme Bauer (2002, p. 197), “uma amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso. No final das contas, todas as considerações sobre o tamanho da amostra dependem da possibilidade prática”. O conteúdo noticioso foi selecionado no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano de 2015, sendo feita uma escolha aleatória de edições.

Como intenção de contrapor a visão do jornal, foi optado por um dos quatro dossiês produzidos pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas – um conjunto de organizações e lideranças populares que se uniu para discutir e questionar as transformações na cidade do Rio de Janeiro. Essas organizações e lideranças se uniram desde 2010 para fortalecer suas lutas sociais por meio de plenárias quinzenais, cursos de formação de lideranças populares, produção de jornais e revistas, divulgação de denúncias e realização de atos públicos. O principal objetivo do Comitê era mobilizar os moradores da cidade para cobrar o estabelecimento de um processo mais democrático, que garantisse o diálogo com a população sobre os investimentos e os legados dos jogos.

Entre todos os quatro documentos criados pelo Comitê, escolhemos o dossiê *Megaeventos e as violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro* produzido e lançado em 2015, um ano após a Copa do Mundo e um ano antes dos Jogos Olímpicos. Além disso, o documento selecionado registra o histórico de conquistas desses movimentos sociais, as reivindicações atendidas pela Prefeitura da



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Cidade do Rio de Janeiro e as ignoradas. O dossiê trata de muitos assuntos referentes aos megaeventos recebidos pelo Rio de Janeiro, por isso foi selecionado apenas o capítulo sobre segurança pública, por abordar o tema da violência policial.

O contato com o *corpus* desta pesquisa auxiliou na criação de uma categoria temática: violência policial na sede de megaeventos. O conteúdo foi classificado de acordo com o tema (violência policial) correspondente à categoria temática. Segundo Bauer (2002), a análise temática é capaz de diminuir a complexidade de um conjunto de textos, ao mesmo tempo em que a classificação das obras escritas produz uma quantidade considerável de materiais, aqueles que surgem a partir da descrição de suas características.

Bauer (2002) explica que a análise de conteúdo deve ser aferida nos termos de fundamentação dos materiais pesquisados e seguir a teoria escolhida pelo pesquisador, de acordo com o seu objetivo de pesquisa. Assim, para promover o entendimento sobre as construções simbólicas identificadas nas matérias do jornal e no dossiê, esse estudo se valerá da teoria de representações sociais. Segue a visão de Jovchelovitch (2000) de que tais representações (re)constroem a realidade, pois possuem caráter de produção de sentido e expressam o trabalho do psiquismo humano sobre o mundo.

## **Representações sociais**

O Rio de Janeiro é apresentado em muitos produtos jornalísticos, publicitários e fílmicos como sendo uma cidade violenta e perigosa. Assim como em outras metrópoles, o Rio lida com as incertezas causadas pelo aumento do desemprego, dos moradores de rua, dos furtos que ocorrem nas regiões centrais e de outros problemas advindos de anos de exclusões sociais.

Apesar de todos os problemas sociais, o Rio é sempre lembrado pela sua diversidade cultural aliada às suas belezas naturais. Os cariocas são reconhecidos pela sua alegria e hospitalidade, além de terem a oportunidade de vivenciar a sociabilidade propiciada pelo ajuntamento de pessoas de diversos perfis socioeconômicos, etnias e níveis educacionais nas belas praias, nos jogos no Estádio do Maracanã, nas rodas de samba nas ruas da Lapa, nos blocos que surgem aleatoriamente nos becos durante o carnaval ou nos grandes desfiles que ocupam o Sambódromo.

Essas representações sociais são formas de saber social que também podem ser entendidas como um conjunto de ideias, explicações e crenças que os indivíduos mantêm sobre as pessoas e suas localidades, elas são frutos de uma cultura compartilhada, como explica Jovchelovitch (2002). Desta



**COMUNICON2018**  
congresso **internacional**  
**comunicação e consumo**

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

forma, as construções e transformações de representação social são criações coletivas e são divulgadas e transformadas por atos de comunicação como diálogos, linguagens e produções de informação.

Assim, essas representações mais comuns sobre o Rio de Janeiro e seus habitantes circulam e são criadas em conversas com amigos e desconhecidos em locais como bares, *shopping centers*, praias, locais de lazer e quaisquer outros espaços que possibilitam o encontro. Jovchelovitch (2000, p. 40) diz que “é no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que os sujeitos sociais se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações são formadas”.

A autora explica que as representações sociais são formadas nos espaços públicos durante os encontros, mas também que os meios de comunicação são os principais mediadores das representações. Para Jovchelovitch (2000), os meios de comunicação de massa não são apenas “organizações capitalistas” que têm o objetivo “manipular” seus consumidores, eles também apresentam discussões socialmente relevantes àqueles que os consome, além de modificar e elaborar novas representações. Para ela, os meios de comunicação são os principais criadores e divulgadores de representações na contemporaneidade. Por isso, não se pode esquecer de seus interesses na divulgação de representações e sentidos.

Os indivíduos recebem, a todo momento, diferentes análises dos mesmos acontecimentos por diversos canais de comunicação. Eles são capazes de interpretar essas análises de acordo com os próprios saberes e vivências, formando suas próprias opiniões e transmitindo-as nas ruas e nas redes. Nesse processo, as representações são criadas e recriadas, Jovchelovitch (2000) elucida que esse dinamismo faz parte e é cobrado pelas constantes transformações do mundo contemporâneo, cada vez mais conectado a outros universos.

As representações não são estáticas, pelo contrário: elas estão sempre se transformando, pois, os processos de comunicação, o conflito e o confronto entre novas e velhas opiniões e estereótipos, se formam enquanto são produzidos e questionados, como diz Jovchelovitch (2000). Nesse sentido, as representações que surgem durante esses processos são móveis, versáteis e estão continuamente mudando. Essa pluralidade de representações pode gerar conflitos, mas eles não são prejudiciais. As representações necessitam do encontro de perspectivas diferentes e dos conflitos que elas produzem



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

para que diferentes modos de vida possam coexistir e fazer emergir saberes que possuam a flexibilidade capaz de absorver outras formas de racionalidade.

### **As transformações na cidade-sede de megaeventos**

Em outubro de 2009, o Rio de Janeiro foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Foi a primeira vez que a América do Sul recebeu o evento. Além da Olimpíada, também recebeu a Copa do Mundo, em 2014. Para sediar esses dois megaeventos, o Rio precisou trabalhar sua imagem e remodelar o espaço urbano.

Fortuna (2013) esclarece que todos os aspectos ligados à vida na cidade se movimentaram para hospedar os megaeventos. Desde o início, foi possível vislumbrar os seguintes planos para o Rio: o Projeto Porto Maravilha, seria criado para revitalizar o Porto do Rio de Janeiro, construindo museus, prédios comerciais, moradia e derrubando o viaduto perimetral para a preparação de avenidas de transporte; o Programa Morar Carioca seria responsável por remodelar as favelas e criar ações de segurança pública, como, por exemplo, a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Os planos específicos para a Copa-Olimpíadas teriam o propósito de construir e reformar estádios, criar aparelhos de esportes e criar a Vila Olímpica – espaço preparado para abrigar os atletas durante às competições.

As modificações urbanas feitas desde 2010 impactaram a vida de todas as pessoas que vivem no Rio de Janeiro, principalmente as mais pobres. Segundo Soares (2013) os projetos de preparação da cidade para os megaeventos tinham a intenção de valorizar ou revalorizar espaços degradados e pouco frequentados. As obras previstas para os planos de revitalização geraram a remoção e o deslocamento de indivíduos menos favorecidos para locais mais afastados ou, ainda, valorizaram seus bairros, tornando-os mais caros e impossibilitando a permanência daqueles que não tinham condições de manter o mesmo padrão de vida. Esse processo pode ser entendido como gentrificação.

Segundo Araújo (2009) a gentrificação é a recuperação, através de iniciativas público-privadas, dos centros degradados das cidades. Essa transformação melhora o lugar, traz aparelhos de arte e lazer, novos meios de transporte e comércios, mas provoca o encarecimento do custo de vida. As pessoas pobres que habitavam nesses lugares vão para áreas mais afastadas da região central, e chegam outros usuários com maior poder aquisitivo. As transformações dos lugares não buscam beneficiar apenas os novos moradores, mas também os turistas.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Existe a gentrificação residencial e a gentrificação do consumo. A gentrificação residencial é quando pessoas de renda média e alta habitam sobrados antigos, nas regiões centrais, espaços que antes eram ocupados por usuários pobres. A gentrificação do consumo é quando os imóveis vazios das áreas centrais são utilizados pelos mercados de turismo e lazer, através da construção de espaços sofisticados, como conta Araújo (2009). A autora diz ainda que nesse processo de gentrificação, a mídia tradicional normalmente divulga discursos hegemônicos em torno do lugar para atrair consumidores cada vez mais selecionados.

Os meios de comunicação clássicos foram instrumentos importantes para o fortalecimento de uma imagem positiva do Rio de Janeiro, não dando tanto espaço aos temas da gentrificação. Devido a sua capacidade de atingir a muitas pessoas, são percebidos como um dos maiores criadores e divulgadores de representações e estereótipos sobre a cidade. A intenção das ações de comunicação, principalmente do marketing urbano, era tornar o Rio ainda mais conhecido e desejado no cenário mundial a fim de aumentar a promoção de exportações, atrair indústrias, empresários que queriam investir no local e gerar expectativas em turistas, novos residentes e outros megaeventos, como explica Sant'Anna e Gonçalves (2015). A mídia tradicional apresentou uma metrópole renovada a fim de construir um consenso sobre elas, dando pouca visibilidade às remoções, à gentrificação e à violência policial (LACERDA, SENDRA, CARVALHIDO, 2017).

Por outro lado, mesmo tentando realizar uma construção de consenso sobre um projeto neoliberal de cidade, começaram a surgir os discursos dos movimentos sociais. Os discursos emitidos pelos movimentos foram replicados e tiveram a oportunidade de desmanchar, mesmo que de forma pequena, o consenso criado pelos produtos jornalísticos, publicitários e arquitetônicos, desafiando, assim, a “cidade do pensamento único” e seus idealizadores, como esclarece Arantes, Vainer e Maricato (2013).

Desde quando se soube que o Rio de Janeiro seria o palco de grandes eventos e, como consequência, precisaria ser replanejado, seus moradores se uniram em grupos para pensar e questionar os planos para a cidade. Entre esses grupos é possível citar exemplos como: o Meu Rio, fundada em 2011, com o propósito de recolher as reivindicações e divulgar as decisões dos cariocas que se mobilizam para cooperar nos rumos da cidade, o Ocupa Alemão, pensado em 2012, para que os moradores de favela tivessem condições de decidir sobre os planos para as favelas cariocas e o



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Viva a Vila Autódromo, criado em 2012, com o intuito de levar a público as irregularidades de remoções de moradores, os atos violentos cometidos por policiais e os atrasos em alugueis sociais.

Os protestos que ocorreram antes da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 ajudaram a compor a plataforma comunicacional criada para preparar as pessoas para esses eventos (FREITAS, 2013). As passeatas tiveram tanta força que conseguiram alterar um cenário favorável à Copa, por exemplo. As ações populares deslocaram a atenção das pessoas para as ideias e indignações que vinham das ruas, pelos gritos e faixas dos habitantes da cidade-sede. Além das atividades pensadas para a ocupação dos espaços públicos, as redes sociais também foram importantes nesse processo. Elas possibilitaram que as narrativas de moradores do Rio chegassem a grandes jornais internacionais como *The New York Times*, *El País*, *The Guardian* e *Le Monde*, adquirindo um alcance mundial.

## **As violências policiais no Rio Olímpico**

### ***Análise do dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos***

O Comitê Popular se propõe a explicar as metas da prefeitura do Rio de Janeiro para melhorar os problemas de segurança. Entre essas metas, apareceram os projetos de pacificação das favelas. Eles dizem que a polícia não está na favela para proteger os moradores dos traficantes, mas para impedir as manifestações populares. O dossiê diz que não existe diálogo entre os agentes das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) e a população, pelo contrário: eles falam que a polícia serve para matar, agredir e invadir domicílios.

A censura exercida pelo Estado e a tentativa de criminalização, com intuito de impedir a livre expressão no país, tornam-se evidentes. Chama a atenção, por exemplo, que nos relatórios policiais a crítica feita ao projeto de segurança pública do Estado, sobretudo às UPPs, constantemente denunciadas pela militarização e sistemáticas violações de direitos humanos, surge como “uma tentativa de impedir o combate do Estado ao narcotráfico”, quando na realidade se tratava do direito legítimo e democrático da população em se manifestar contra o governo e, especificamente, em relação à violência policial (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 105).

No período dos megaeventos, a violência policial se espalhou em vários territórios da cidade. O governo investiu em kits com armas e balas de borracha, então vemos que a missão principal era conter as manifestações tanto na favela quanto no asfalto. Mas o documento conta que as intervenções policiais foram piores nas comunidades, falando também em problemas como o genocídio da população negra e a criminalização da pobreza.





**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

A partir de junho de 2013, as manifestações também foram um eixo central no cenário político brasileiro. Os megaeventos e as suas implicações na alteração do espaço urbano, seja através de remoções ou pela ampliação da militarização nas cidades, foram as pautas mais criticadas pelos movimentos populares durante estes dois últimos anos. As manifestações foram afetadas pelas consequências do modelo de segurança pública adotado, baseado no belicismo e na militarização, marcando uma expansão do alvo típico do poder punitivo e do aparato repressivo estatal. Além da população negra e periférica, a repressão policial se estendeu aos protestos, manifestantes passaram a ser também alvo de criminalização, ainda que em diferente proporção e intensidade. Pode-se dizer que o Estado incluiu também quem protestava como novos sujeitos, considerados inimigos internos (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 103).

Ainda:

As atualizações e continuidades das políticas de segurança pública implementadas no Brasil são atravessadas pelo racismo institucional intrínseco à lógica da “guerra às drogas”. O genocídio do povo negro enquanto política de Estado é a expressão mais concreta deste quadro – e o registro do auto de resistência, em especial, ainda é acionado enquanto um dos dispositivos centrais desta engrenagem de gestão governamental das mortes nos territórios de favelas e periferias. A resistência seguida de morte é caracterizada, de forma breve, como a aplicação de uma excludente de ilicitude, ou seja, isenção antecipada dos acusados do crime antes da fase processual adequada. Parte-se do falso pressuposto que o agente policial estaria agindo em legítima defesa. Sendo assim, o que se percebe é a utilização do auto de resistência como forma do Estado maquiagem execuções de moradores das favelas e periferias, mostrando-se como o ápice de uma política racista e seletiva que marca a segurança pública desde sua gênese (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 102).

O dossiê disse que a grande mídia teve a intenção de representar as favelas como seguras, livres do tráfico, com planos de segurança eficazes, com a intenção de atrair turistas para esses locais. As comunidades têm sido alvo de programas de incentivo ao turismo como o programa *Rio Top Tour*, apoiado pelo Ministério do Turismo, e às vezes eles incomodam aqueles que moram na favela. O documento explica que a maioria das polícias pacificadoras está em locais com algum valor econômico e turístico.

Também aparecem críticas à revitalização. Quando os lugares ficam mais seguros, com policiamento, os valores dos imóveis sobem. Muitos moradores não têm condições de manter o mesmo estilo de vida, e, por isso, vão para áreas mais afastadas do centro. Vão para longe de antigos vizinhos, deixam seus imóveis, velhos hábitos e suas redes de sociabilidade. Nem sempre essas mudanças são tranquilas, muitos falam sobre agressões de policiais.

A Porto Novo vai administrar, por regime de concessão administrativa, os serviços e obras de revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região do Porto do Rio de Janeiro por 15 anos. No âmbito desse projeto de renovação urbana, são implementadas ações relacionadas à modernização da infraestrutura urbana, saneamento ambiental, redes de informática e telecomunicações, entre outros serviços, visando a promoção



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

de empreendimentos comerciais e residenciais de média e alta renda. Além disso, ocorreram diversas ações de ameaças de remoções aos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa, situadas no âmbito do Projeto Porto Maravilha (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 174).

Ou ainda

Para a construção do BRT Transoeste inaugurado em março de 2014, fazendo a ligação da Barra da Tijuca com Santa Cruz e Campo Grande, foram removidas cerca 530 famílias em cinco comunidades. Destas, destacam-se as remoções das comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Recreio II, com famílias que procuraram apoio jurídico junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e em organizações da sociedade civil para lutar por seus direitos. Moradores já removidos ainda tentam obter indenizações justas e se reúnem na Comissão dos Atingidos pela Transoeste. O que chama a atenção é a proximidade dessas comunidades com condomínios habitacionais de classes de renda média e alta, e existência de áreas, antes ocupadas pelas comunidades removidas, que até o momento permanecem vazias, apesar destas remoções terem sido justificadas com o argumento da “urgência” requerida pelas obras da Copa 2014 (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 21-22).

O Comitê Popular reconhece que a segurança pública pode ser um dos benefícios trazidos pelos investimentos dos megaeventos. As cidades que têm a intenção de ser reconhecidas como globais e desenvolvidas precisam de lugares seguros. Mas, quando os moradores se reúnem para questionar as ações de contenção da insegurança, são tratados com mais repressão. Ou seja, sofrem com as ações da polícia contra o tráfico, pois alteram seus cotidianos, e quando decidem se manifestar contra essas ações policiais, porque vão contra o consenso criado pela cidade-empresa.

Desde o Fórum Social Urbano, em março de 2010, um conjunto de organizações e lideranças populares vem discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção da imagem de cidade global a partir da realização dos chamados Megaeventos Esportivos, a saber: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016. Este é um modelo que tem sido reproduzido em cidades-sede de eventos esportivos como Atenas, na Grécia e, Cidade do Cabo, Johannesburgo, entre outras cidades na África do Sul, Beijing, na China, entre outras, que tendo como exemplo as transformações urbanas ocorridas em Barcelona, na Espanha, decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, se tornou um exemplo a ser copiado. Para se contrapor a esse modelo e denunciar as diversas violações de direitos que vêm sendo praticadas em nome dos megaeventos no Rio de Janeiro – expostas neste Dossiê – assim como nas demais cidades-sede dos jogos da Copa 2014 – movimentos sociais, ONGs, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos pelas ações arbitrárias da prefeitura vêm se mobilizando para resistir aos processos de mercantilização da cidade e pressionar para estabelecer uma ampla e democrática discussão sobre qual deve ser o real legado desses megaeventos (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 155).

Nota-se que para a cidade ter mais segurança, as vidas das pessoas mais pobres são as mais afetadas. São elas que lidam diretamente com as ações da polícia contra os traficantes.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

### **Análise do jornal *O Globo***

O jornal *O Globo* explicou que as favelas estavam se espalhando para outras partes da cidade. Como se a favela não fizesse parte da cidade. As matérias esclareceram que com o crescimento dessas áreas pobres, poderia aumentar a circulação de drogas e armas no Rio. Por isso, foi sugerido que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) fossem levadas às comunidades que estavam sofrendo com a violência. Se algumas comunidades ganharam mais imóveis foi porque a paz, trazida por agentes da UPP, chegou nesses lugares.

No artigo “Puxadinho” no caminho das UPPs, escrito por Alessandro Lo-Bianco, no jornal *O Globo* do dia 3 de janeiro de 2015, o secretário de segurança, José Mariano Beltrame disse: “ontem que foi preciso aumentar em até um terço o efetivo policial em quase todas as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do Rio por causa do crescimento desordenado das favelas” ou, ainda, que “com o crescimento desordenado, amanhã vão pedir mais cem [policiais], depois mais 200, depois um batalhão. Precisamos eliminar essa desordem pública. E esse problema de crescimento desordenado não é um caso de polícia”.

Na mesma matéria um entrevistado, coronel Ibis Silva, explicou: “onde não há qualidade de vida, provavelmente será mais difícil estabelecer a segurança. O medo de viver sem dignidade provoca ódio nas pessoas. O ódio se transforma em violência. Ódio não se combate com polícia, e sim com políticas públicas”.

A matéria de Lo-Bianco indicou que os policiais, com seus erros e acertos, não resolveriam a questão da falta de segurança pública, mas que seria interessante se a prefeitura averiguasse se faltavam UPPs nas comunidades violentas. Afinal, os policiais resolveriam a violência ou não? No fim da matéria, um morador responde: “a violência aqui estava aumentando muito, inclusive com assassinatos. Tenho certeza de que esses índices serão reduzidos com uma presença policial maior”.

O conteúdo também mostrou que a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos do Ministério da Justiça investiu R\$ 350 milhões em equipamentos de segurança e treinamento de agentes como preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016. Metade dessa verba foi usada em esquemas de segurança dos eventos-teste, que começaram em 2015. O secretário estadual de segurança, José Beltrame, esperava que os investimentos prometidos pelo governo estadual fossem mantidos, mesmo com o corte de R\$ 1,37 bilhões do orçamento da pasta.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Nos eventos-teste, foram utilizados balões com câmeras de segurança que enviavam vídeos das instalações esportivas e seu entorno e *softwares* que auxiliavam nos planos de segurança. Desde 2014 (ano da Copa do Mundo) até 2015 foram gastos 100 milhões em equipamentos e treinamentos, segundo o jornal. Pôde ser visto na matéria Rio 2016: R\$ 350 milhões para a segurança, escrita por Luiz Ernesto Magalhães, no jornal O Globo do dia 5 de fevereiro de 2015.

*O Globo* explicou que os policiais das UPPs desempenhavam ações sociais nas 38 comunidades em que estavam presentes. Inclusive, eles atuaram em escolas. Entre as ações planejadas, surgiram conselhos nos quais a polícia, os pais e os professores acompanhavam a frequência dos alunos. Essa seria uma forma de se aproximar dos moradores. Além disso, durante essas ações sociais, os jovens e as crianças tiveram aulas de esportes e danças.

No decorrer desse período o programa foi sendo transformado. Beltrame, secretário de segurança do estado, disse ao jornal que não é um policial com fuzil na mão que vai acabar com a violência, mas esses investimentos sociais vão. Ele esclareceu que foi preciso repensar essa ideia de colocar a polícia sozinha para combater o crime organizado, sem a ajuda do governo federal.

Os policiais estudaram as especificidades das comunidades, *O Globo* esclareceu que essa era a metodologia de treinamento. Conhecendo as características das comunidades cariocas, seus erros e acertos, os agentes poderiam resolver os problemas específicos dessas áreas. A principal função dos agentes da UPP seria mediar conflitos e prestar primeiros socorros, isso faria com que a polícia ficasse mais próxima ao morador. Visto no artigo A nova UPP vai às aulas, escrito por Alessandro Lo-Bianco, publicado no dia de março de 2015.

A notícia Polícia vai reconstruir mortes no alemão, escrita por Emanuel Alencar, no dia 14 de abril de 2015 falou sobre a morte de um menino de 10 anos no Complexo do Alemão. No momento da morte, não havia tiros entre PMs e bandidos. A mãe do menino foi entrevistada e declarou que seria capaz de reconhecer o assassino do filho. *O Globo* não mencionou que o autor do crime poderia ter sido um PM, pelo contrário: apresentou outras mortes, inclusive a de um comandante da UPP. Falou, ainda, que existiam contradições entre o discurso da mãe e o da Polícia Militar.

Uma das matérias falou sobre a nova legislação que tornou crime hediondo matar policiais. Chama-se Esperança que a lei salve vidas, foi escrita por Elenice Bottari e Ivete Silva, no dia 9 de julho de 2015. Inclusive, essa lei podia ser aplicada aos autores de ataques contra parentes de policiais. Nessas notícias foi comum o seguinte discurso: a tarefa de informar à família que seus



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

colegas morreram era muito difícil. Eles não eram só policiais militares, mas sim maridos, esposas, filhos, filhas, pais e mães.

Esclareceu que grande parte dos crimes cometidos contra policiais era emboscada e confronto. Isso acontecia (e ainda acontece) porque a polícia não era respeitada, as pessoas precisavam respeitar o poder público, respeitar a polícia que estava cumprindo o seu dever, disse o entrevistado.

Algumas notícias falaram sobre uma rotina do medo. Essa rotina apareceu quando o jornal *O Globo* contou que o clima ficou apreensivo quando as forças armadas saíram do Complexo da Maré. Surgiu um novo confronto entre policiais e bandidos e, logo, o medo apareceu. Após a substituição de tropas federais por policiais militares, uma pessoa foi baleada e crianças ficaram sem aula. Percebemos nos textos que os policiais militares não seriam capazes de conter os criminosos sem ferir a população, mas o exército teria essa capacidade. É como se as forças armadas trouxessem paz às favelas, antes isso era dito sobre as UPPs. Lido no artigo Oito vítimas em oito dias, escrito por Renan França, Gabriel Rosa e Gustavo Schimitt, no dia 25 de maio de 2015. Ou no artigo Alô, polícia, de Elenilce Bottari, em 17 de junho de 2015.

Ainda sobre a rotina de medo, os policiais militares foram autorizados a usar balaclava, as toucas ninjas. Parte dos textos dizia que era importante para a segurança do policial, pois impediria que ele fosse reconhecido e é antichamas. Entrevistados ligados à polícia explicaram que é uma forma de proteção, pois o agente de folga, com a família, poderia ser reconhecido e morto. Outros entrevistados falaram que essa ideia não condiz com uma polícia pacificadora e próxima à população. Ainda, um personagem explicou que o uso de toucas por policiais estava proibido no Rio desde 1995, por decisão do secretário de segurança da época, Nilton Cerqueira, através da resolução 68/95. Como servidores públicos, eles precisavam ser identificados. Os textos normalmente terminavam com a palavra de um especialista, dizendo que esse equipamento é utilizado no mundo inteiro porque protege o agente e sua integridade. Visto na matéria O retorno dos ninjas, escrita por Elenilce Bottari, Luiz Ernesto Magalhães e Vera Araújo, no dia 29 de agosto de 2015.

### Considerações finais

Entendemos que os megaeventos são formados por um emaranhado de novas tecnologias. A mídia tradicional fez parte desse emaranhado, assim como a *web*. Os moradores do Rio organizaram atividades *online* e *offline* para debater a situação da cidade-sede, expressando a forma como eles



COMUNICON2018  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

estavam sentido a metrópole naquele momento. As representações publicizadas pela mídia e pelos movimentos sociais, juntas, foram importantes para registrar esse período.

Alguns cariocas não tiveram como não falar, nas ruas e nas redes, sobre um evento que estava mudando seu dia-a-dia. E é significativo e democrático que os moradores do Rio de Janeiro tenham condições de se autorrepresentar, representar sua cidade e seus conflitos. No entanto, não era (e ainda não é) tão comum encontrar seus discursos nos veículos de comunicação de massa, por mais que o jornalismo e a publicidade tenham começado a ceder um espaço às contribuições enviadas pelo público.

Quando os moradores do Rio se reuniram para contar suas experiências de violência policial e de violações dos direitos humanos em um dossiê divulgado pelas redes sociais, eles estavam criando um caminho para que suas expressões chegassem aos representantes políticos e outros cariocas interessados nesses temas.

Os meios de comunicação clássicos, por outro lado, foram instrumentos importantes para o fortalecimento da imagem do Rio de Janeiro. Devido à sua capacidade de atingir muitas pessoas, são percebidos como grandes criadores e divulgadores de representações e estereótipos sobre a cidade.

A intenção das ações de comunicação, principalmente do marketing urbano, era tornar o Rio ainda mais conhecido e desejado no cenário mundial a fim de aumentar a promoção de exportações, atrair indústrias, empresários que quisessem investir no local, além de gerar expectativas positivas em turistas, novos residentes e atrair também outros megaeventos.

Percebemos que por mais que a cidade-empresa negue a cidade enquanto um espaço político e tente construir um consenso sobre um projeto neoliberal, as narrativas daqueles que dão sentido ao urbano não podem ser apagadas. Mesmo com repressão, os moradores ocuparam a cidade e a internet com suas indignações.

## Referências

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando o consenso. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARAÚJO, Vanessa. **Lapa carioca**: uma (re)apropriação do lugar. 2009.174folhas. Dissertação. (Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/23493636/lapa-carioca-uma-reapropriaao-do-lugar-ippur-ufRJ>. Acesso em: 11/05/2018.



**COMUNICON2018**  
congresso internacional  
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2016.

BAUER, Martin. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. **Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão**. Rio de Janeiro: 2016.

FORTUNA, Vania. **Cidade e Megaeventos**. In: Congresso dos estudantes de pós-graduação em comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <http://www.coneco.uff.br/content/e-book-vi-coneco-artigos-selecionados>. Acesso em: 05/03/2017.

FREITAS, Ricardo F.; LINS, Flávio; CARMO, Maria Helena (org.). **Megaeventos, comunicação e cidade**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FREITAS, Ricardo; FORTUNA, Vania. **O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo o grande palco brasileiro de megaeventos**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação. Natal, RN, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0714-1.pdf>. Acesso em: 04/04/ 2018.

FREITAS, Ricardo F. **A cidade em jogo: considerações sobre os megaeventos e as manifestações de junho de 2013 no Rio**. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação. Manaus, AM, 2013. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/lista\\_area\\_DT6-CU.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/lista_area_DT6-CU.htm). Acesso em: 09/04/2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LACERDA, Igor; SENDRA, Cláudia; CARVALHIDO, Guilherme. Estudo comparativo entre o discurso da mídia e do povo sobre a copa de 2014. **Revista Alabastro**, São Paulo, v. 1, n. 9, pp. 104-116, 2017. Disponível em: <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/171>. Acesso em: 11/04/2018.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

SANT'ANNA, Maria; GONÇALVES, Lívia. Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano. **Revista Interseções**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, pp. 01-15, 2015. Disponível em: [www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/20153](http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/20153). Acesso em: 02/10/2016.

SOARES, Paulo. Megaeventos esportivos e urbano: a Copa do Mundo em 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 4, pp. 195-214, 2013. Disponível em: <http://189.43.21.151/revista/index.php/fsa/article/view/247/pdf>. Acesso em: 24/09/2016.